

**TEXTOS DE APOIO À FORMAÇÃO  
DE GESTORES ESCOLARES**



**GOVERNO DO  
MARANHÃO**  
GOVERNO DE TODOS NÓS  
**SECRETARIA DE EDUCAÇÃO**

## OS (AS) GESTORES (AS) E O PROCESSO DE FORMAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA

Os gestores escolares têm papel fundamental no fomento às Políticas de Formação Inicial e Continuada dos profissionais da Educação Básica. Nesse sentido, a Rede de Formadores instituída na atual gestão, projeto inscrito no Eixo Formação da Macropolítica de Educação/Programa Escola Digna da SEDUC, se constitui um importante mecanismo para que você gestor possa fomentar a cultura da

formação na sua escola. A Rede de Formadores atende aos pressupostos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional-LDB/9394/1996, os Planos Nacional e Estadual de Educação e as Diretrizes Curriculares Nacionais para formação inicial e continuada dos profissionais do magistério da educação básica. É ainda um forte canal para o fortalecimento do Regime de Colaboração com os Municípios.

### VOCÊ PODERÁ CONTAR COM A SEGUINTE ESTRUTURA DA REDE DE FORMADORES NAS UNIDADES REGIONAIS DE EDUCAÇÃO

#### FORMADOR PARA A ETAPA DA EDUCAÇÃO INFANTIL

- promover ações de formação e assessoria técnica aos municípios no âmbito da Educação Infantil.

#### FORMADOR PARA A ETAPA DO ENSINO FUNDAMENTAL

- promover ações de formação para professores dos anos finais do Ensino Fundamental.

#### FORMADOR PARA A ETAPA DO ENSINO MÉDIO

- promover ações de formação no âmbito da política de educação integral do Ensino Médio.

#### FORMADOR PARA A ÁREA DE ALFABETIZAÇÃO DOS ANOS INICIAIS

- promover ações de formação para professores alfabetizadores anos iniciais do ensino fundamental.

#### FORMADOR PARA A EDUCAÇÃO DE JOVENS, ADULTOS E IDOSOS

- promover as ações de formação para atendimento às demandas da educação de jovens, adultos e idosos-EJA.

#### FORMADOR PARA 3º, 4º E 5º, ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL

- ações de formação para o Ensino Fundamental.

#### FORMADOR DE GESTORES

- promover formação dos gestores escolares com destaque à prática da gestão democrático-participativa.

#### FORMADOR PARA ARTICULAR AÇÕES COM OS MUNICÍPIOS

- desenvolverá ações de formação tendo em vista o fortalecimento do Regime de Colaboração com os municípios

#### FORMADOR DAS DIVERSIDADES

- promover ações de formação no âmbito da diversidade/modalidades: educação especial; educação escolar indígena; educação escolar quilombola; educação especial educação socieducacional.

### Importante

Logo no início do ano letivo garanta o debate sobre a importância da formação continuada na escola para todos os profissionais inclusive para você.

A Supervisão de Gestão ligada à Secretaria Adjunta de Ensino-SAE estará articulando o processo formativo dos gestores. É um grupo de formadores que estará apoiando as Unidades Regionais na organização e implementação das pautas de formação.

Articule com grupo de formadores da Unidade Regional as ações de formações da sua escola. Os formadores podem contribuir muito para que sua escola promova a cultura da formação.

Divulgue o grupo de formadores de sua Unidade Regional para que todos possam compartilhar e entender que tanto as Unidades quanto as escolas precisam se constituir como instâncias formativas.

O Diretor de Educação das Unidades Regionais é um grande articulador do processo formativo.

Tão logo seja definido com os professores de sua escola, o calendário da formação, coloque-o em lugar de destaque (mural, sala dos professores, sala do gestor) para que todos apreendam a importância da formação na escola.

Apoie as ações de formação que estão articuladas diretamente à política do MEC (Pactos, Pafor, Profucionário, etc). Esse apoio significa que todas as ações a serem implementadas precisam fazer parte do cronograma de atividades da escola.

O melhor espaço de formação é aquele no qual os professores são convidados a pensar sobre sua prática pedagógica.

## CONHEÇA A ESTRUTURA FORMATIVA DE SUA UNIDADE REGIONAL DE EDUCAÇÃO

O Decreto nº 31.358 de 20 de novembro de 2015, que reorganizou as Unidades de Regionais de Educação por número de escolas jurisdicionadas, promoveu a definição da estrutura da Rede de Formadores.

MODULAÇÃO	UNIDADE REGIONAL DE EDUCAÇÃO	NÚMERO DE ESCOLAS	NÚMERO DE PROFESSORES FORMADORES NA UNIDADE REGIONAL
Grande porte com mais de 100 escolas	BARRA DO CORDA	262	25
	IMPERATRIZ	107	
	SÃO LUÍS	173	
Médio porte com 50 a 99 escolas	CHAPADINHA	69	15
	ITAPECURU-MIRIM	54	
	PINHEIRO	73	
	SANTA INES	69	
	ZÉ DOCA	56	
Porte básico com até 49 escolas	AÇAILANDIA	36	10
	BACABAL	40	
	BALSAS	42	
	CAXIAS	46	
	CODO	27	
	PEDREIRAS	44	
	PRESIDENTE DUTRA	31	
	ROSÁRIO	42	
	SÃO JOÃO DOS PATOS	42	
	TIMON	27	
	VIANA	48	
<b>TOTAL</b>	—	<b>1.288</b>	<b>50</b>

## PAPEL DOS GESTORES ESCOLARES E ADJUNTOS NO ÂMBITO DA POLÍTICA DE FORMAÇÃO

Promover na sua escola a cultura da formação dos profissionais da educação básica: implementando calendário de formação; divulgando a importância do processo formativo, participando das ações formativas, etc.

Mater articulação direta com a sua Unidade Regional (equipe gestora e grupo de formadores) para

promover a política de formação.

Participar do processo de elaboração do Plano de Formação de sua escola.

Garantir que todos participem da formação em serviço.

Atuar em parceria com o supervisor da escola.

Propor intervenções pedagógicas que possam melhorar a prática do professor e colocá-las como tema para debate nos encontros formativos.

Promover a prática do registro escrito nos espaços formativos como mecanismo de fortalecimento desses espaços.

Garantir que as pautas de formação sejam elaboradas previamente.

Garantir que no espaço formativo possam ser compartilhadas boas experiências de ampliação cultural dos professores: indicação de bons, de sites, de livros, de filmes, etc.

Promover a cultura da comunicação de forma a garantir que a internet seja um instrumento de divulgação e aperfeiçoamento do processo formativo.

Acompanhar e apoiar todas as ações que dizem respeito à implementação dos programas de formação do Ministério de Educação: PACTOS, PAFOR, PROFUNCIÁRIO.

Avaliar seu próprio processo formativo.

## E QUAIS AS ATRIBUIÇÕES DOS FORMADORES DA REDE DE FORMADORES NAS UNIDADES REGIONAIS DE EDUCAÇÃO?



Garantir articulação direta com a supervisão de Gestão-SAE e com o Diretor de Educação da Unidade Regional, supervisores e gestores escolares para o desenvolvimento das ações formativas.

Promover ações de formação dos profissionais da educação básica, com o objetivo de oferecer a todos os estudantes uma formação integral que culmine com um ensino médio de qualidade para todos.

Articular e orientar as Unidades Regionais e Unidades Educacionais quanto ao estabelecimento de metas e desenvolvimento de ações em consonância com as políticas educacionais da SEDUC expressas nas Orientações Curriculares da SEDUC e demais normas e diretrizes legais que visem a melhoria do ensino e da aprendizagem.

Colaborar com a promoção das políticas de formação do MEC para o Ensino Médio compreendendo-as como parte integrante da Macropolítica de Educação

Acompanhar e elaborar registros sobre as intervenções dos professores em sala de aula de forma a ressignificar as ações de formação.

## APRENDIZAGEM: CONSEQUÊNCIA DA EFETIVAÇÃO DO CURRÍCULO NO ÂMBITO ESCOLAR

As legislações atuais estabelecem que a organização curricular deve ser constituída de uma base nacional comum e uma parte diversificada compondo um todo integrado. A organização curricular por áreas do conhecimento aparece como ponto comum nas legislações e, como tal, devem receber “tratamento metodológico com ênfase na contextualização e na interdisciplinaridade ou outras formas de interação e articulação entre diferentes campos de saberes específicos” (§ 1º, p.03, Resolução Nº 002/2012-CEB/CNE). Essa

forma de organização não exclui, nem dilui os componentes disciplinares com seus objetos específicos e seus saberes particulares, mas alerta para a integração e o fortalecimento das relações entre eles. Nesse sentido, as ações desenvolvidas por esta Supervisão de Currículo voltam-se a toda a comunidade escolar fortalecendo os mecanismos de participação e implementação curricular na rede estadual de ensino, como referência à formação pedagógica de gestores, supervisores escolares e professores.

### BASE NACIONAL COMUM

Conjunto de direitos de aprendizagens básicas das áreas de conhecimento e disciplinas, em cada ano escolar, articulados aos aspectos da vida cidadã que devem constar nos currículos da educação básica (Educação Infantil, Ensino Fundamental e Médio).

### DIRETRIZES CURRICULARES DO ESTADO DO MARANHÃO

Norteiam o trabalho pedagógico, estabelecendo padrões de aprendizagem e de ensino a serem alcançados por todas as escolas do Sistema Estadual, em conformidade com o Parecer nº 091/2014; Resolução nº76/2014 - Conselho Estadual de Educação.

### CADERNO DE ORIENTAÇÕES NORMATIVAS PARA O FUNCIONAMENTO ESCOLAR ANO LETIVO 2016

Subsidia a equipe pedagógica e docente das escolas na gestão do ensino, organização administrativa escolar, estruturação dos horários escolares, elaboração do plano de ensino e do plano de atividade docente no alinhamento com a nova estrutura curricular no que diz respeito à BNCC e parte diversificada.

### LEMBRAMOS QUE:

A análise e a organização das contribuições das escolas à BNCC, encaminhadas ao sistema até 15 de dezembro e já iniciadas, subsidiarão relatórios para apreciação dos estados, unidades regionais e municípios;

o envio das contribuições individuais, das escolas e das organizações à BNCC deve continuar até 15 de março de 2016, momento em que se encerra a coleta;

todos devem fazer seu cadastro como pessoa física no portal da BNCC;

as semanas pedagógicas/semanas de planejamento escolar devem constituir-se momento oportuno para fortalecer a mobilização, a discussão pública e, principalmente, favorecer o envio de contribuições à BNCC por parte das escolas;

o Portal da BNCC para acesso ao sistema: [basenacionalcomum.mec.gov.br](http://basenacionalcomum.mec.gov.br); Telefones - ajuda da BNCC: (061) 20229307 / 20229286;

as Diretrizes Curriculares do Estado do Maranhão devem direcionar a construção dos projetos pedagógicos na efetivação das práticas metodológicas e trabalho docente e às atividades socioculturais da escola, com vistas ao alcance de padrões de qualidade mais elevados;

o Caderno de Orientações Normativas para o Funcionamento Escolar- Ano Letivo 2016, no que compete ao currículo, contempla: a nova estrutura curricular; a BNCC e parte diversificada – sugestões de aprendizagens e conteúdos, por ano, para o EF e EM - ; orientações para o planejamento escolar.

## CONTRIBUIÇÕES DA AVALIAÇÃO PARA O TEXTO DA FORMAÇÃO DOS GESTORES

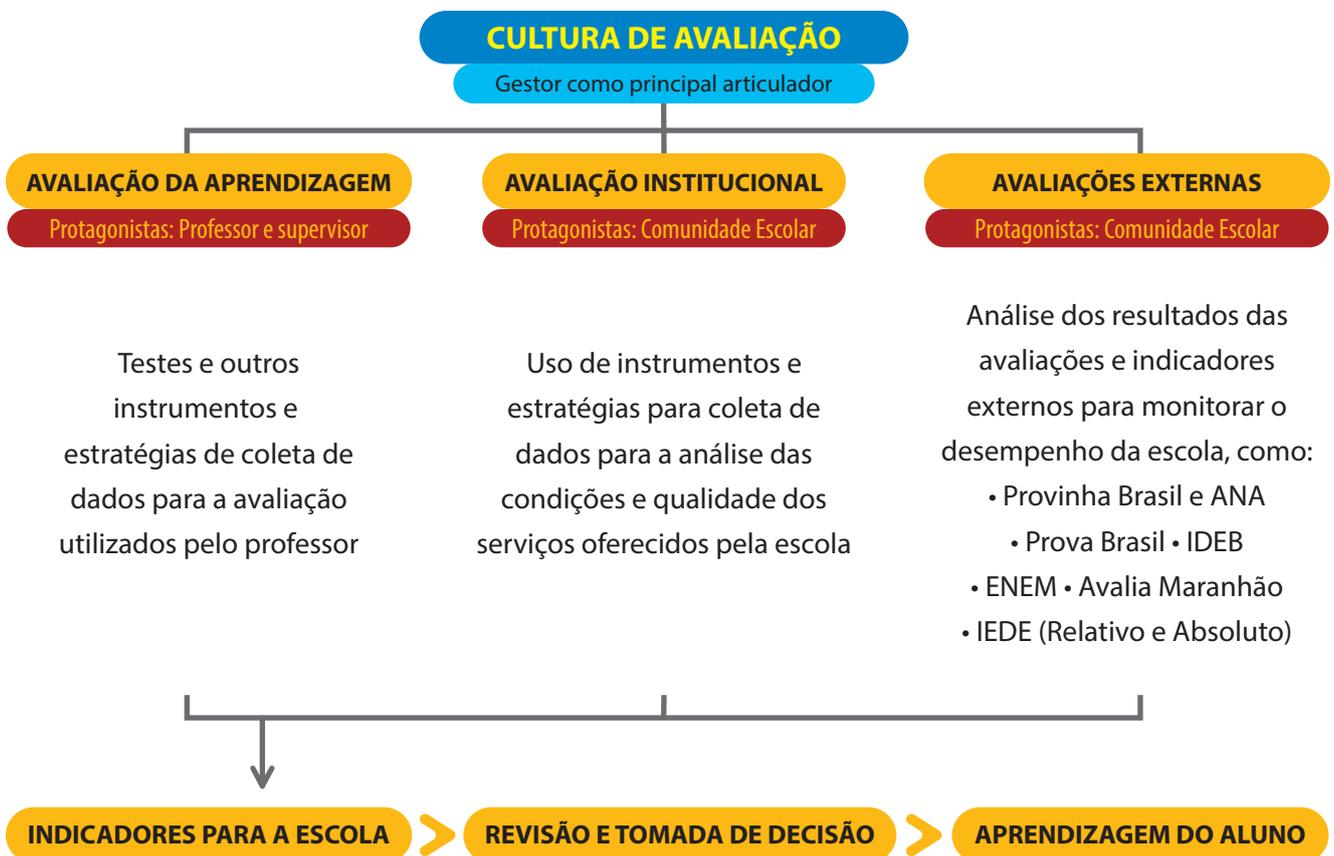
Faz parte da tradição educacional brasileira o uso da avaliação com objetivos de seleção e classificação com ênfase no caráter punitivo do processo avaliativo e com o uso de práticas de exame pontuais como referência. Urge desconstruir esse caráter eminentemente punitivo e classificatório das práticas de avaliação utilizadas de forma descontextualizadas em relação aos objetivos a que se propõem.

Ao gestor escolar cabe auxiliar junto à comunidade escolar quanto ao uso de instrumentos e procedimentos adequados no sentido de construir uma cultura permanente de avaliação na escola.

Constitui-se um desafio para a gestão escolar o desenvolvimento de uma cultura avaliativa de gestão institucional voltada para os resultados traduzidos na aprendizagem efetiva dos estudantes. O papel do gestor escolar, nessa perspectiva, é fundamental nessa construção, posto que

esse é o principal articulador de um espaço democraticamente constituído em que todos os envolvidos devem se sentir pertencentes e, por conseguinte, co-participantes nos processos que vão da análise situacional, uso dos dados, planejamento, avaliação e revisão das ações, que darão sustentação às práticas de gestão da escola e sua cultura avaliativa.

Nesse sentido, a avaliação deve ser vista como um forte elemento na atuação do gestor escolar nas suas várias dimensões como meio de acompanhamento e revisão das ações administrativas e pedagógicas com vista à melhoria da qualidade de ensino ofertada pela escola. Tais dimensões podem ser classificadas em três categorias: avaliação da aprendizagem desenvolvida em sala de aula; avaliação das condições, estrutura e serviços oferecidos pela escola; e uso dos dados das avaliações externas e indicadores da unidade de ensino, que podem ser resumidas no organograma abaixo:



## LEMBRAMOS QUE:

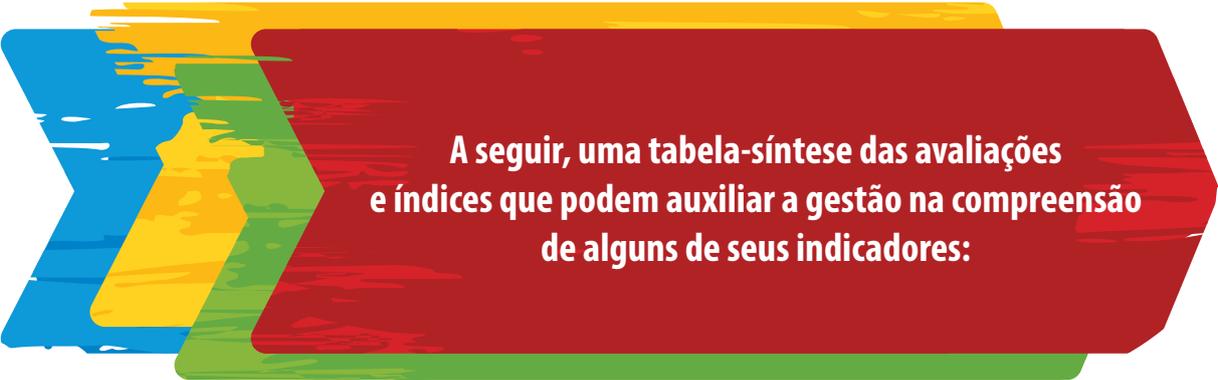
Por meio de uma cultura avaliativa institucional, o gestor pode monitorar o desempenho dos serviços desenvolvidos em sua escola, seus indicadores educacionais com vistas, sobretudo, nos elementos de gestão que têm se traduzido em aprendizagem efetiva ou não dos estudantes com foco na tomada de decisão e reorientação das ações da escola.

Ao gestor escolar cabe dar apoio e subsídios para a equipe pedagógica para o melhor desenvolvimento da avaliação a ser praticada na escola. O foco deve centrar-se na utilização de instrumentos que favoreçam a coleta de informações sobre as aprendizagens globais dos estudantes com predominância dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos. Assim, mesmo considerando imprescindível o uso de testes e medidas, a avaliação utilizada pelos professores deve ultrapassar os limites dos instrumentos para se constituir em uma análise investigativa consistente de todos os elementos que permeiam a ação educativa e promover revisões contínuas a partir dos resultados verificados.

Os dados das avaliações e indicadores educacionais são, outrossim, importantes na geração de insumos para que a análise das ações escolares. Os resultados da escola na

Prova Brasil, do IDEB escolar, Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e outros dados como rendimento escolar (Aprovação, Reprovação, Abandono) podem proporcionar elementos importantes se investigados em sua conjuntura e individualidade com a análise devida que cada indicador possibilita. A prática avaliativa com base nos indicadores educacionais pode favorecer à gestão escolar conhecimentos mais amplos a respeito de suas forças e fraquezas, possibilidades e limitações, que instiguem ao redirecionamento para ações que melhor incidam em bons resultados para a escola.

Na terceira perspectiva, a avaliação institucional favorece uma investigação global sobre cada elemento da unidade de ensino, da estrutura a todos os serviços prestados e desenvolvidos pela escola, que auxiliam a rever quais deles culminam em maior ou menor eficiência dos resultados escolares. Alguns que podemos destacar: serviços de recepção, portaria, secretaria, biblioteca, setor pedagógico, limpeza, espaço físico, ambiente, formação continuada, formações, atividades, projetos e programas, implementação curricular. Uma visão ampla e clara sobre tais aspectos, realizada de forma coletiva, planejada e dentro dos princípios éticos da instituição, garantem o aperfeiçoamento contínuo das ações da gestão e da eficiência da escola na oferta de ensino de qualidade



**A seguir, uma tabela-síntese das avaliações e índices que podem auxiliar a gestão na compreensão de alguns de seus indicadores:**

AVALIAÇÕES / INDICADOR		O QUE É?	PÚBLICO	METODOLOGIA	PERIODICIDADE	OBSERVAÇÕES
<b>Provinha Brasil</b>		Teste que avalia capacidades de alfabetização em leitura e matemática dos alunos em duas etapas: uma no início e outra no final do ano letivo	Alunos no 2º ano de escolarização.	Censitária	Anual	O MEC elabora as provas e encaminha aos municípios que têm total autonomia no planejamento da logística de aplicação, tabulação, análise e publicação dos resultados.
<b>SAEB</b> Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica Divide-se em três metodologias: ANEB, Prova Brasil e ANA	<b>ANEB</b> Avaliação Nacional da Educação Básica Mais conhecida como SAEB	Avaliação em Leitura, Matemática e Ciências das redes de ensino com foco nos sistemas de ensino. São divulgados resultados por rede e sistema de ensino.	Alunos do 5º e 9º do EF e 3º ano do EM	Amostragem	A cada dois anos	O MEC/Inep elabora e distribui as provas e, em parceria com os estados, coordena a logística de aplicação e recebimento dos malotes.  O MEC/Inep corrige, tabula e divulga os resultados.
	<b>ANRESC</b> Avaliação nacional do Rendimento Escolar Mais conhecida como PROVA BRASIL	Avaliação em Leitura, Matemática e Ciências das unidades de ensino com foco nas escolas. São divulgados resultados por escolas e disciplinas.	Alunos do 5º e 9º do EF	Censitária	A cada dois anos	
	<b>ANA</b> Avaliação Nacional da Alfabetização	Avaliação das capacidades de alfabetização com foco nas habilidades em Leitura e Matemática desenvolvidas no final do primeiro ciclo da vida escolar do aluno.	Alunos do 3º ano do EF	Censitária	Anual	
<b>IDEB</b> Índice de Desenvolvimento da Educação Básica Obs.: IDEB não é uma avaliação. Trata-se de um indicador		Índice gerado a partir de dois indicadores: Aprovação X Prova Brasil/ANEB	<ul style="list-style-type: none"> <li>Todas as Escolas Públicas de EF</li> <li>Redes e sistemas de ensino</li> </ul>	O IDEB é censitário para as escolas públicas com mais de 20 anos por ano do EF	É gerado a cada dois anos	<b>IDEB das escolas/Municípios =</b> Aprovação X Prova Brasil <b>IDEB dos Estados e Sistemas =</b> Aprovação X ANEB É gerado um IDEB para cada escola pública de EF São gerados IDEBs por redes de ensino por Município, UF, Região e país.
<b>ENEM</b> Exame Nacional do Ensino Médio		Um exame com foco em Linguagens, Matemática, Ciências Humanas e da Natureza, redação, na auto-avaliação das escolas e estudantes de ensino médio que, recentemente, se tornou principal opção de acesso às universidades federais.	<ul style="list-style-type: none"> <li>Estudantes de todas as Escolas Públicas e privadas de ensino médio</li> <li>Estudantes com idade igual ou superior a 18 anos, independente da escolarização</li> </ul>	É aberto a todos os públicos, mas inscrição no exame é facultativa	Anual	O ENEM não possui parâmetros de comparabilidade estatística e o ranking das escola só são aceitáveis se comparados os de mesmo nível socioeconômico

AVALIAÇÕES / INDICADOR		O QUE É?	PÚBLICO	METODOLOGIA	PERIODICIDADE	OBSERVAÇÕES
<b>AVALIA MARANHÃO</b>		Exame realizado em duas etapas: uma no início e outra no final do ano letivo, com foco nas capacidades da Matriz de Referência do SAEB e expectativas de aprendizagem de Leitura e Escrita da Matriz Curricular do Sistema Estadual de Ensino do Estado do Maranhão.	Estudantes de todas as escolas estaduais de todas as turmas de 5º, 9º ano do Ensino Fundamental e 3ª série do Ensino Médio	Censitária	Anual	O Avalia Maranhão é construído para proporcionar comparabilidade entre o desempenho nas duas etapas da avaliação e verificar o desempenho por capacidade avaliada em cada item que estrutura os testes. São também analisados os dados socioeconômicos para gerar indicadores de contexto.
<b>ÍNDICE ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL (IEDE)</b>	IEDE Relativo	Índice calculado por um sistema de dados que mensura a eficiência das escolas a partir do universo de condições disponíveis em que a referência são as próprias escolas e seu universo, tais como: Número de alunos: Número de turmas, Média de alunos por turma, Professores, Disciplina com professor, Quantidade de salas, Número de PC, Indicador de esforço docente, Docentes com curso superior, Repasses, Servidores, Distorção idade-série e Nível socioeconômico, informações e dados de desempenho informados no SIAEP, rendimento escolar, etc.	Todas as escolas estaduais dos diversos níveis e modalidades	Censitária	Mensal	O sistema é acionado à proporção que novos dados são inseridos para que gerem indicadores de eficiência por escola ou grupo de escola. Os dados serão analisados por gestores escolares, das UREs e diversos setores estratégicos da SEDUC
	IEDE Absoluto	Índice parametrizado com o IDEB e gerado a partir de dois indicadores: Aprovação X Avalia Maranhão, tendo como ponderação o indicador socioeconômico	Todas as escolas estaduais	Censitária	Mensal	Os cálculos serão realizados no final do ano letivo e disponibilizados para todas as escolas e UREs para que sejam utilizados como referência pedagógica e de metas para o ano letivo subsequente;

## SUPERVISÃO DO ENSINO MÉDIO-SUEM

A educação básica no estado do Maranhão se organiza com base nas legislações e orientações nacionais, emanadas do Ministério de Educação e se desenvolve por meio de políticas e programas nacionais e estaduais que objetivam garantir o acesso e permanência do estudante na escola.

O Maranhão precisa avançar na Educação Integral, considerando que a Educação do Estado tem pressa em deflagrar uma profunda mudança na visão sobre a adolescência produzindo políticas, estratégias e abordagens voltadas a construir e desenvolver ações estruturantes tais como:

Fortalecer a participação de todas as classes sociais e o direito de ser adolescente superando a vulnerabilidade e desigualdade;

Reconhecer que os jovens de 15 a 17 anos são grupo específico de cidadãos com direitos e deveres de se expressar e conviver dignamente;

Promover a superação da visão estereotipada que reduz o adolescente envolto a problemas, crises e conflitos ou transição;

Fortalecer as parcerias e a cooperação e o compromisso com os direitos em amplo processo de reflexão, aprofundamento de conceitos, com o desenvolvimento de estratégias e respostas às situações de violação desses direitos;

Aprofundar a percepção ampliada sobre os importantes processos cognitivos, sociais, psicológicos, relacionais, participativos, de construção de identidade, enfim, reconhecer o direito de ser adolescente;

Dialogar com os adolescentes para que o estado, a sociedade, a escola, a comunidade e a mídia se mobilizem em seu papel de contribuir na ampliação do repertório de conhecimento da própria fase da vida e dar visibilidade à diversidade de situações e contexto os quais se envolvem os adolescentes;

Inserir as questões da adolescência na agenda das políticas públicas de maneira a assegurar a integração de ações de diferentes áreas, numa perspectiva multissetorial com a manutenção e ou criação dos programas, projetos e serviços e estruturas adequadas às demandas dos adolescentes;

Assegurar a implantação de políticas públicas que considerem a lógica dos territórios e de

suas características como plataforma eficiente para garantir os direitos dos adolescentes, reconhecendo suas necessidades e diversidades, como é o caso das localidades de difícil acesso e longínguas.

A prevenção e a proteção contra o racismo, a homofobia e outra qualquer forma de discriminação.

Nesse sentido, o papel do gestor (a) escolar é fundamental para a sustentação dessas políticas, visto ser responsabilidade e dever do Estado prover Educação Pública de Qualidade.

Assim, proporcionar a formação acadêmica aos estudantes do ensino médio implica na criação de condições, no sentido de concretizar suas expectativas no que tange à conclusão de seus estudos, em tempo regular, viabilizando sua inserção social e no mundo do trabalho.

## SUEM: PROGRAMAS E PROJETOS



### Ensino Médio Regular

É o curso com duração normal, educação continuada, de ano para ano até completar o 3º ano. Representa a integração em si dos princípios da ciência, do trabalho e da cultura promovendo o fortalecimento estrutural dessa última etapa da educação básica.

### Ensino Médio Integrado em Tempo Integral

Ensino Médio voltado para o mundo do trabalho que conduz ao desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva, em articulação com o ensino regular de formação geral ou por diferentes estratégias de educação continuada, em instituições especializadas ou no ambiente escolar, mediante cursos regulares ou especiais em turno complementar.

### ■ MTEC- Ensino Médio Mediado por Tecnologia

Essa modalidade de Ensino Médio representa a forma compensatória, não fragmentada e não reducionista de elevação da escolaridade da população de localidades distantes e de difícil acesso.

### ■ PROEMI- Programa Ensino Médio Inovador

Política de indução da educação integral, numa concepção diferente de romper com a dicotomia entre a educação básica e técnica é resgatar o princípio da formação humana em sua totalidade, em termos epistemológicos e pedagógicos, defende um ensino integrado à ciência e cultura, humanismo e tecnologia, visando ao desenvolvimento de todas as potencialidades humanas, culminando com uma formação ampla e integral.

### ■ Ensino Médio Modular

Legalizado pela Resolução nº 097/2013 – CEE-MA, cujo objetivo é de possibilitar agrupamentos de componentes curriculares dentro das áreas de conhecimento e intensificar o trabalho pedagógico com cada grupo de disciplinas por meio dos módulos. Abrange as comunidades longínquas e específicas de jovens, adultos e idosos.

### ■ Projeto de Correção de Fluxo do Ensino Médio

Projeto curricular diferenciado no sentido organizacional do currículo, que visa superar a limitação imposta pela matriz curricular atual e, cuja finalidade é a melhoria do desempenho educacional do estudante, o desenvolvimento de uma aprendizagem significativa no sistema de ensino e o cumprimento do compromisso político-social do Estado para com os jovens, adultos do ensino médio, excluídos, por algum motivo social, da escolarização na idade certa.

### ■ Estágios obrigatório e não obrigatório do ensino médio

Ofertar junto à instituição parceira o Estágio obrigatório e não obrigatório para estudantes devidamente matriculados nas escolas de ensino médio estadual oportunizando a prática das teorias e conhecimentos adquiridos durante o curso. Assim como a possibilidade de rápida absorção no mundo do trabalho.

### ■ Programa Parlamento Jovem

Estimular nos estudantes do ensino médio regularmente matriculados nas escolas públicas do estado e do Distrito Federal, a reflexão sobre a política, a democracia e o exercício da cidadania

---

## PROJETO ESCOLAR, DE VIDA E TRABALHO

---

Projetar-se na vida é um tanto quanto ligado a escolhas e possibilidades que todos nós humanos possuímos. O Ensino Médio como possibilidade de escolha para os jovens é a probabilidade de uma construção de si mesmo e de conhecimento próprio que está intimamente ligada a sua realidade material, intelectual, espiritual e emocional.

É comum nos depararmos com questões dos jovens e a pergunta “quem sou eu?”, “para onde vou?”, “qual rumo devo dar a minha vida?” (BRASIL, 2013, p.30) traz em si a

relevância da educação para formação desse menino ou menina que se perceberá cedo ou tarde responsável pela sua própria formação.

Contudo, fazer um projeto de vida não inclui apenas traçar metas e conteúdos curriculares, fazer um projeto de vida inclui solucionar conflitos e dramas existências, realizar metas intelectuais, alcançar satisfações emocionais e desfrutar de bens materiais.

O Ensino Médio entra como possibilidade efetiva de transformar essa realidade em que aluno se prepara para as delícias e mazelas de cada projeto existencial.

O caminho e a trajetória que deve ser tomada na vida pelos jovens fica a critério de cada um, porém as “paradas” que a sociedade construiu historicamente para as possíveis escolhas deles por meio de suas instituições é que devem ser interrogadas, aqui cabe a pergunta: Afinal, qual é a contribuição que o ensino médio pode fornecer para o jovem em seus projetos de vida? Em sua territorialidade? Em sua relação com o mundo do trabalho? Pergunta que não é simples de responder, pois não se restringe somente ao currículo que é apresentado ao jovem na sala de aula, mas também em como a educação é compreendida pelas instituições norteadoras da sociedade e seus poderes (Legislativo, executivo e Judiciário) e pelo papel que a escola ocupou na vida dos pais e do próprio jovem até o ingresso no ensino médio.

A expectativa para o futuro deve-se apresentar variáveis interessantes, pois a escola representa um meio de melhorar sua formação pessoal e intelectual para conseguir um melhor emprego e conseqüentemente uma melhor remuneração como também a busca de uma formação superior.

Deve-se estimular a definição de profissões e formações almejadas, tratar com percentagem, podemos perceber se todos eles planejam formar uma boa estrutura familiar, ter casa própria, ser um profissional bem sucedido e ter uma vida melhor, ser alguém na vida e tornar-se independente. Cabe a nós, educadores e educadoras, sermos coadjuvantes como intelectuais orgânicos na formação integral de nossos estudantes, estarmos atentos aos seus anseios e realidades, a fim de plantarmos sementes de esperanças e formação cidadã.

# Anotações

